

Sumário

O Sr. Presidente declarou aberta a Reunião Plenária, após a verificação do quórum, eram 9 horas e 05 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.) – Iniciou-se com uma Declaração Política do MPD sobre o exercício da actividade política da Oposição, apresentada pelo Sr. Deputado João Gomes (MPD).

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Carlos Monteiro (MPD), Rui Figueiredo Soares (MPD), Nilda Fernandes (PAICV), João Gomes (MPD), João Baptista Pereira (PAICV) e António Monteiro (UCID).

Sentindo-se ofendido com os esclarecimentos do Sr. Deputado Carlos Monteiro (MPD), o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo o primeiro refutado ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

A seguir, o Grupo Parlamentar do PAICV apresentou a sua declaração política sobre a Segurança Pública no País, feita pelo Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV).

Abriu-se um período de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD), José Manuel Sanches (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Francisco Correia (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), António Monteiro (UCID) e Rui Semedo (PAICV).

Ainda, no decorrer deste período, o Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) fez uma interpelação à Mesa.

Dando continuidade ao P.Q.G.D.P., o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) interveio a propósito da gestão do fundo social dos funcionários da Polícia Nacional, alegando que deverá ser a própria instituição a fazer essa gestão.

Esta intervenção suscitou esclarecimentos da parte dos Srs. Deputados Rui Figueiredo Soares (PAICV) e Rui Semedo (PAICV).

Seguidamente, o Sr. Deputado Emanuel de Brito (PAICV) interveio sobre os problemas por que passam as populações do Concelho de São Domingos, o que suscitou esclarecimentos dos Srs. Deputados Isa Costa (MPD), Julião Varela (PAICV), Emanuel Lopes (MPD) e Alcides de Pina (MPD).

Depois do pronunciamento do Sr. Deputado Emanuel Lopes (MPD), o Sr. Deputado Emanuel de Brito (PAICV), por se sentir ofendido, usou da palavra ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º, tendo o primeiro Deputado ripostado ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Na sequência, a Sra. Deputada Isa Costa (MPD) fez uma interpelação à Mesa para responder ao Sr. Deputado Emanuel de Brito (PAICV).

A Sra. Deputada Anilda Tavares (MPD), na sua intervenção, falou da dinâmica de desenvolvimento em São Lourenço dos Órgãos, destacando as várias acções que vêm sendo levadas a cabo pela Edilidade e pelo Governo no referido município.

Esta intervenção originou esclarecimentos da parte dos Srs. Deputados José Manuel Soares (MPD) e Milton Paiva (MPD).

Por sua vez, o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio para rebater a ideia defendida pelo Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD) de que a UCID é contra os Estados Unidos da América, quando o partido se posicionou contra a deslocalização do Liceu Cónego Jacinto, na Várzea, para se construir no espaço, a embaixada do referido país.

A seguir, o Sr. Ministro da Administração Interna (Paulo Rocha) interveio abordando a questão da segurança pública no País, tema da Declaração Política do PAICV.

Sentindo-se ofendido pelo Sr. Ministro da Administração Interna, o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) usou da palavra ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º, tendo o referido governante reagido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) sobre a situação de insegurança no País, nomeadamente o desaparecimento de pessoas.

Já o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) interveio a propósito da gestão do Fundo Social da Polícia Nacional.

Na sequência, o Sr. Ministro da Administração Interna interveio para dar esclarecimentos sobre as questões levantadas pelos Srs. Deputados intervenientes.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) sobre o exercício de representação, os problemas de liderança/relacionamento por parte do Sr. Ministro da Administração Interna com efectivos da Polícia Nacional e a situação de insegurança no País.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID), na sua intervenção, pediu esclarecimentos sobre o processo de aquisição das viaturas para a Polícia Nacional; falou também do excesso da carga horária laboral praticado pelos agentes da Polícia Nacional, em Santo Antão, e do desajustamento da 10ª formação da Polícia Nacional comparativamente a outras acções já ministradas.

O Sr. Ministro da Administração Interna interveio novamente para esclarecer as questões levantadas pelo Sr. Deputado António Monteiro (UCID).

Seguiram-se as intervenções do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças (Olavo Correia) e do Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV), tendo ambos centrado as suas argumentações no mesmo assunto, nomeadamente nas contendas entre o Estado, empresas privadas e cidadãos que tiveram os seus direitos violados.

Posteriormente, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) apresentou um Requerimento à Mesa a solicitar que o Sr. Ministro das Finanças mande distribuir a lista dos recursos distribuídos pelo actual Governo às empresas, na sequência de processos judiciais.

Submetido à votação, este requerimento foi aceite com 50 votos a favor, sendo 29 do MPD, 18 do PAICV e 3 UCID, nenhum voto contra e duas abstenções dos Srs. Deputados do MPD, Alcides de Pina e Miguel Monteiro. Proferiram as Declarações de Voto os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Dora Pires (UCID) e, em nome próprio, o Sr. Deputado Alcides de Pina (MPD).

Para fechar o Período de Questões Gerais e Declarações Políticas, houve ainda intervenções do Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) e do Sr. Vice Primeiro e Ministro das Finanças sobre a atitude do Estado face ao cumprimento das decisões judiciais decorrentes de contendas com entidades privadas e cidadãos.

Período da Ordem do Dia (P.O.D.) – *Iniciou-se com Perguntas dos Deputados ao Governo, tendo a Sra. Ministra da Educação e Ministra da Família e Inclusão Social (Maritza Rosabal Peña) respondido às questões dos seguintes Srs. Deputados:*

Dora Pires (UCID), sobre os planos destinados ao pré-escolar para o novo ano lectivo; a relação do Ministério da Educação com as câmaras municipais em relação a aquele nível de ensino, tendo esta Deputada feito ainda uma pergunta adicional sobre estes assuntos; e sobre os problemas relacionados aos agrupamentos escolares, as dificuldades de pagamento de transportes pelos pais e encarregados de educação, a falta de professores, a superlotação de salas de aulas e as soluções para esses problemas;

Américo Nascimento (PAICV), sobre a necessidade de encontros com a classe docente da ilha de São Nicolau, alegando que os professores daquela ilha estão a ser ignorados. O referido Deputado colocou ainda uma outra questão suplementar sobre o assunto;

Damião Medina (MPD), sobre a degradação de algumas escolas herdadas da governação anterior e medidas de políticas levadas a cabo e outras em carteira para a melhoria das condições do parque escolar na ilha de Santo Antão;

Ana Paula Moeda (PAICV), sobre o que tem feito o Ministério para garantir a normalidade de deslocação e acesso das pessoas com deficiências, tendo a mesma feito ainda uma questão adicional sobre o assunto;

Joana Rosa (MPD), a respeito da colocação de professores nas escolas do Maio e a resolução pelo Governo da situação de professores transferidos para as suas ilhas, tendo a mesma feito perguntas adicionais;

Manuel Lopes de Brito (PAICV), quanto às condições degradantes de algumas escolas do Concelho de São Domingos (Praia Formosa, Fontes de Almeida, Achada Formosa, Baía e Móia-Móia) e a dotação orçamental para a reabilitação dessas localidades, no próximo ano lectivo, no quadro do Orçamento Geral de Estado. O referido Deputado fez ainda questionamentos adicionais;

Nelson de Brito (MPD), a propósito dos avanços na Educação conseguidos na ilha de São Nicolau com a governação do MPD e do projecto de requalificação do Liceu de Ribeira Brava, tendo o mesmo ainda feito perguntas adicionais sobre estes mesmos assuntos;

Vera Almeida (PAICV), acerca do rendimento de inclusão, designadamente a quantidade de famílias e municípios beneficiados, e da influenciação do Governo, no sentido deste elevar o valor desse rendimento para 6500 escudos, no quadro do próximo orçamento de Estado. A Deputada colocou ainda questões adicionais sobre estes assuntos.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 35 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 35 minutos, com a continuação de Perguntas ao Governo, tendo ainda a Sra. Ministra da Educação e Ministra da Família e Inclusão Social respondido às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados:

Lúcia dos Passos (MPD), sobre a integração no mercado de trabalho do primeiro grupo de cuidadores recém-formados, no âmbito da implementação do sistema de cuidados no País, tendo a mesma feito uma pergunta adicional;

Dora Pires (UCID), acerca da resolução dos problemas dos guardas das escolas e dos professores que se reformaram sem o subsídio de carga horária anexado ao vencimento; do investimento e da estratégia do Ministério da Educação para garantir a sustentabilidade financeira da UNICV; a resolução do problema do ginásio da UNICV, em São Vicente, fechado com blocos de vidro, e para quando o lar naquela ilha para receber os estudantes que vão fazer o curso da área marítima, tendo a mesma feito uma pergunta adicional;

Américo Nascimento (PAICV), em relação às obras de requalificação do edifício que alberga a Escola Secundária Baltasar Lopes da Silva, em São Nicolau, tendo o mesmo feito uma pergunta adicional;

José Manuel Soares (MPD), relativamente ao reinício do trabalho de terreno, no âmbito do cadastro social único, no Município de Tarrafal de Santiago e às medidas para combater ou prevenir a histeria colectiva na Escola Secundária de Chã Bom e na comunidade, tendo o mesmo dado um esclarecimento adicional;

Ana Paula Moeda (PAICV), no tocante aos incentivos e garantias do Governo para apoiar as escolas privadas no País (a nível do Ensino Básico e Secundário) a desenvolverem as suas actividades e a terem sustentabilidade, tendo a mesma feito uma pergunta adicional;

Joana Rosa (MPD), quanto à necessidade de uma política direccionada para as ilhas ditas “periféricas” de modo a que um número razoável de estudantes dessas ilhas possa frequentar o Ensino Superior na Praia ou em São Vicente;

Manuel de Brito (PAICV), no que se refere ao transporte escolar e à construção de um liceu em Nossa Senhora da Luz, tendo o mesmo dado um esclarecimento adicional;

Lúcia dos Passos (MPD), sobre a integração e garantia de acesso à educação das crianças filhos de pais imigrantes;

Vera Almeida (PAICV), no concernente às medidas que o Governo tem tomado em termos de educação sexual e de criação de condições nas salas de aulas para albergar as alunas grávidas;

Américo Nascimento (PAICV), no que diz respeito à continuidade da deslocação dos alunos da 5ª e 6ª Classe de Carrizal, que são retirados do convívio familiar, para residência estudantil em Ribeira Brava, no próximo ano lectivo, tendo o mesmo feito uma pergunta adicional;

Interpelaram a Mesa os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e Ana Paula Moeda (PAICV).

De seguida, aprovou-se o Projecto de Resolução que cria uma Comissão Eventual de Redacção, apresentado pelo Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro).

Reunião Plenária de 16 de Maio de 2019

Na sequência, o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças apresentou, na generalidade, a Proposta de Lei que extingue o International Support For Cabo Verde Stabilization Trust Fund, criado pela Lei n.º 69/V/98, de 17 de Agosto, e autoriza a troca dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira detidos pelo Banco de Cabo Verde por Títulos do Tesouro.

Os Srs. Deputados Armindo da Luz (MPD) e José Jorge Silva (PAICV) procederam, respectivamente, à leitura dos Relatórios-pareceres da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento e da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território.

Abriu-se um período de esclarecimentos, durante o qual usaram da palavra o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV), bem como o Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

No período de debate, usaram da palavra, a título diverso, os Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), Luís Carlos Silva (MPD) João Gomes (MPD), Julião Varela (PAICV), Armindo da Luz (MPD), António Monteiro (UCID), Milton Paiva (MPD), além do Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV), sentindo-se ofendido com a intervenção do Sr. Vice Primeiro Ministro e Ministro das Finanças reagiu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º, tendo o segundo ripostado ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.

A Reunião Plenária foi encerrada às 17 horas e 08 minutos.